

## **VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho**

### **O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas**

**GT 03 - Gênero, trabalho, profissões e políticas sociais na América Latina, na atualidade: o que nos aproxima e o que nos distancia?**

#### **Trabalho remunerado e autonomia feminina entre mulheres titulares do Programa**

Profa. Dra. Silvana Aparecida Mariano  
Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado em Ciências Sociais.  
Doutora em Sociologia  
Contato: silvanamariano@yahoo.com.br

## **Trabalho remunerado e autonomia feminina entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família**

### **RESUMO**

O objeto desta reflexão trata da relação entre trabalho e autonomia das mulheres inseridas no Programa Bolsa Família. O PBF é uma política focalizada que seleciona as famílias mais pobres que se tornam beneficiárias. O objetivo do estudo é analisar possíveis influências do PBF para a autonomia feminina, por meio do trabalho remunerado extradomiciliar. Para viabilizar as condições necessárias a esse tipo de inferência, a pesquisa investigou as opiniões de mulheres titulares do benefício do PBF e mulheres que não estão incluídas no programa. Os resultados preliminares a que chegamos indicam algumas ambiguidades nas relações dessas mulheres com o trabalho remunerado extradomiciliar quanto às suas correlações com a autonomia feminina. Em muitos aspectos as respostas dos dois grupos de mulheres são bastante semelhantes, o que indica baixa interferência do PBF na questão analisada.

## **Trabalho remunerado e autonomia feminina entre mulheres titulares do Programa Bolsa**

### **RESUMO EXPANDIDO**

O objeto desta reflexão trata da relação entre trabalho e autonomia das mulheres inseridas no Programa Bolsa Família. O PBF é uma política focalizada que seleciona as famílias mais pobres que se tornam beneficiárias. Esta é também uma política que institui obrigações para a permanência no programa, sob a denominação de “condicionalidades”. As famílias beneficiárias assumem obrigações quanto à frequência escolar de crianças e adolescentes e ao acompanhamento médico, igualmente de crianças e adolescentes, incluindo-se também as mulheres gestantes (MDS, 2006a e 2006b).

O objetivo do estudo é analisar possíveis influências do PBF para a autonomia feminina, por meio do trabalho remunerado extradomiciliar. Para viabilizar as condições necessárias a esse tipo de inferência, a pesquisa investigou as opiniões de mulheres titulares do benefício do PBF e mulheres que não estão incluídas no programa. Da comparação entre esses dois grupos, podemos extrair constatações a respeito de possíveis variações ou invariáveis quanto às interferências do PBF em vista da autonomia feminina, relacionando-a ao trabalho remunerado.

Nossa análise baseia-se em resultados de estudo de caso, com pesquisa qualitativa, realizada em Londrina, município com aproximadamente 500 mil habitantes, sul do Brasil, no ano de 2012. A pesquisa foi realizada com 150 mulheres, usuárias da política de assistência social, entrevistadas por meio de questionário padronizado. O grupo de entrevistadas foi dividido em quantidade igual entre mulheres titulares do benefício do PBF e mulheres que não estão incluídas no programa. Cada um desses grupos está representado por 75 entrevistadas.

Ao colocarmos em discussão se o benefício assistencial é um direito, as beneficiárias do PBF dão destaque ao trabalho como o direito fundamental. Por inúmeras ocasiões as mulheres declararam que prefeririam trabalho ao benefício assistencial, revelando insatisfação com o desemprego e com a dependência à assistência social. Este dado relativiza as teses segundo as quais os programas de transferência de renda contribuem para a desvalorização do trabalho entre o público beneficiário. É certo que existe muito moralismo relacionado à valorização do trabalho, tanto por parte daqueles

que criticam os gastos sociais, quanto por parte de seus beneficiários. Entretanto, o conhecimento sobre a tradição cultural em torno da valorização do trabalho não invalida essas percepções de beneficiárias do PBF.

As representações associadas ao trabalho feminino, remunerado e extradomiciliar, devem ser problematizadas também em virtude das diferentes ideologias associadas à divisão sexual do trabalho, em termos de um “sistema de gênero” (BLAY, 1975; HIRATA e KERGOAT, 2007), levando-se em consideração também as “contradições entre os papéis idealmente acatados e os efetivamente desempenhados” (BLAY, 1975, p. 10).

Três questões centrais estruturam a nossa reflexão: i) a relação entre benefício social e oferta de trabalho; ii) a relação entre trabalho remunerado extradomiciliar e mudanças nos papéis tradicionais gênero; iii) e, a relação entre PBF e padrões de gênero.

Sinteticamente, os principais resultados de nossa pesquisa são os seguintes:

1. A diferença entre a taxa de ocupação das beneficiárias e das não beneficiárias é praticamente inexpressiva; a taxa quase idêntica referente à taxa de ocupação das mulheres é um forte indício de que o PBF não influencia para este tipo de mudança econômica na vida das mulheres beneficiárias;
2. As beneficiárias são, em número maior, a pessoa que mais responde economicamente pelas necessidades do grupo doméstico;
3. A quantidade de mulheres sem companheiro/marido é maior entre as beneficiárias, fator este relacionado ao fato de que as famílias chefiadas por mulheres tendem a apresentar menor renda, o que favorece a inclusão no PBF;
4. As não-beneficiárias são em quantidade um pouco maior quando o trabalho é a principal fonte de renda do grupo doméstico;
5. Apesar de apresentar taxa de ocupação muito semelhante, existem mais mulheres que se declaram "do lar" entre as não beneficiárias; entre as beneficiárias um número maior declara-se como desempregada. Essas diferenças podem estar associadas às representações que as entrevistadas fazem, por um lado, quanto à presença de companheiro/marido no grupo doméstico e, por outro, à eventual necessidade de não aparentar dependência em relação ao PBF. Por isso, as beneficiárias se declaram com mais frequência como "desempregadas". Contudo, para elas, desempregadas não significa estar à procura de trabalho, significa apenas que elas gostariam de ter trabalho;

6. A formalização do trabalho é maior entre as não beneficiárias, o que pode estar associado ao critério de renda de ingresso no PBF;
7. Sobre a importância do trabalho remunerado como forma de ganhar o próprio dinheiro e de ter liberdade, são questões mais valorizadas entre as beneficiárias, ainda que com pequena diferença em comparação com as aquelas não beneficiárias do PBF;
8. Sobre a relação entre o trabalho remunerado e o acesso do PBF, existem mais mulheres que pararam de trabalhar pouco antes ou depois de receber o benefício, do que aquelas que passaram a trabalhar depois do ingresso no programa. Apesar disso, a taxa de ocupação das mulheres beneficiárias do PBF é semelhante aos dados nacionais sobre a ocupação das mulheres em geral;
9. proporção de mulheres em atividade remunerada sobre a taxa de ocupação das mulheres na população geral;
10. A dedicação às tarefas de cuidado é o principal obstáculo para o ingresso das mulheres em atividades remuneradas, situação essa muito semelhante entre os dois grupos comparados;
11. As beneficiárias destacam com mais frequência a qualidade das mulheres como responsáveis pelas crianças, enquanto as não beneficiárias também atribuem significativa valorização para a qualidade das mulheres como melhores administradoras do que os homens;
12. Sobre a divisão do trabalho doméstico, as não beneficiárias apresentam um número maior de crítica quanto à sua injustiça.

Nos países da América Latina, enquanto a crise do emprego era menos sentida, os programas de combate à pobreza recorriam à ideia de “recursos da pobreza” como estratégia de ação. Os “recursos da pobreza” referiam-se à capacidade das famílias em se adaptar às mudanças econômicas e ao arrocho salarial mobilizando outras fontes de renda, aumentando as horas de trabalho e ocupando mais membros da família em atividades remuneradas, sobretudo as mulheres. Em síntese, tratava-se da intensificação do uso da força de trabalho (GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 2004).

Mercedes González de la Rocha, considera que a ideia de “recursos da pobreza”, após a expansão da globalização e do neoliberalismo dos anos 1990, deve ceder espaço para a “pobreza de recursos”, no sentido de que hoje a pobreza se intensifica com a

escassez de possibilidades de intensificação do uso da força de trabalho. Para pensarmos particularmente no caso das mulheres pobres, enquanto foi possível vigorar a estratégia de mobilização dos “recursos da pobreza”, muitas vezes isso significava o uso do trabalho feminino em atividades remuneradas, em casa ou fora dela, ou ampliação de jornada de trabalho para aquelas que já eram ocupadas. Na ausência de equipamentos sociais como creche e escola em período integral, mobilizar esses recursos da pobreza invariavelmente produzia o efeito de sobrecarregar as atividades das mulheres. Ou seja, os recursos da pobreza, muitas vezes, era outro modo de referência às mulheres.

### **Bibliografia**

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BLAY, Eva Alterman. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, Fundação Carlos Chagas, 1975.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Zygmunt e MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 87, p. 114-129, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COHN, Amélia. Para além da justiça distributiva. **Observatório da Cidadania**, 2005, Rio de Janeiro, p. 49-55. Disponível em: [www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileiroc2005\\_bra.pdf](http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileiroc2005_bra.pdf). Acessado em fev/2006.

DRAIBE, Sônia M. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. *Revista da USP*. São Paulo: 1993. n. 17.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias do Welfare State. **Revista Lua Nova**, n.24, São Paulo, CEDEC, 1991, p.85-115.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo, Cortez: 2001.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas na justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 245-282.

\_\_\_\_\_. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002. p. 59-78.

\_\_\_\_\_. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina. CFH/CCE/UFSC, Florianópolis, vol. 15, n. 2, p. 291-308, mai-ago/2007.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes. **Famílias y política social en México: El caso de oportunidades**. CEPAL, 2004. 33 p. Disponível em [http://www.eclac.org/dds/noticias/paginas/2/21682/Mercedes\\_GdelaRocha.pdf](http://www.eclac.org/dds/noticias/paginas/2/21682/Mercedes_GdelaRocha.pdf). Acessado em fev/2006.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. V.37, n.132, p.595-609, set/dez.2007. (internet)

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. “PNAD 2009 – Primeiras análises: o mercado de trabalho brasileiro em 2009”. **Comunicados do IPEA**, n. 62, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100923\\_comunicadoipea62.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100923_comunicadoipea62.pdf) > Acesso em 11 out. 2011.

IVO, Anete Brito Leal. *A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado*. **São Paulo Perspectiva**, Apr./June 2004, vol.18, no.2, p.57-67. ISSN 0102-8839.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. **Dados**. 2009, vol.52, n.1, pp. 53-83.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania e Políticas Urbanas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS, Orlando Alves dos Jr. (orgs.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.169-187.

\_\_\_\_\_. **Universalizando direitos**. Observatório da Cidadania, 2004. p. 67-74. [http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileiroe2004\\_bra.pdf](http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileiroe2004_bra.pdf)

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004. pp. 145-172.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana e SOARES, Fábio. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Brasília: Ipea, Texto para Discussão n. 1283, junho 2007. 33 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família: agenda de compromissos da família**. Brasília, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Versão preliminar. Brasília, junho/2006b. (164 pág.)

MOORE Jr. Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**, Rio de Janeiro, Record, 2008.

SENNETT, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita e GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez e OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países**. Centro Internacional da Pobreza / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, DF: PNUD, 2007.